

# INTRODUÇÃO E EXPANSÃO DO CAFÉ NA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

Ferdinando Filetto<sup>2</sup>  
Edgard Alencar<sup>3</sup>

**RESUMO** - Este trabalho teve como objetivo analisar historicamente a introdução e a expansão do café da região sul de Minas Gerais. Consideramos objeto de estudo historiográfico obras literárias, documentos, textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica, documental e didática. Outro método utilizado foi o quantitativo, além da história oral e a história de vida que suplementaram os documentos oficiais. Nosso objeto empírico de investigação foi a região sul de Minas Gerais e a temática de estudo o desenvolvimento histórico do café nesta região. A expansão do cafeeiro no sul mineiro fez surgir uma paisagem nova – a paisagem do café. Onde era mata virgem, apareceram as fazendas auto-suficientes, emoldurando o planalto. Provocou o crescimento de muitas cidades. Multiplicou as vias férreas, substituindo as trilhas onde predominavam as tropas de burros. As primeiras culturas de café no sul mineiro foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do rio Sapucaí e rio Grande, em fins do século XVIII, por intermédio dos tropeiros que faziam a ligação do sul mineiro com o Rio de Janeiro. Determinamos que o maior entrave à expansão da cafeicultura sul mineira foi a dificuldade de transportes. As vias de comunicação eram precárias e as distâncias a serem percorridas muito longas. Até o final do século XIX, a produção e exportação foram modestas, frente à concorrência das áreas produtoras localizadas mais próximas aos portos de embarque. O início do século XX trouxe uma nova dinâmica produtiva, graças às linhas ferroviárias. São 200 anos de cultura cafeeira no sul mineiro, motivo maior que justifica a denominação de “tradicional região cafeeira”.

**TERMOS PARA INDEXAÇÃO:** Café, complexo rural, história regional.

**ABSTRACT:** This piece of work objectified a historical analysis on the introduction and the widespread of coffee in the southern region of Minas Gerais. Considered as objects of historygraphic study were literary works, documents, journalistic, memorialistic, biographic, documental and didactic oriented texts. Yet another method used was the quantitative one, besides orally reported pieces of historical nature as well as life history which completed the official documentation. Our empiric investigation object was the southern side of Minas Gerais, the study's theme being the historic development of coffee in such region. The widespread of coffee in the region caused the arisal of a new landscape profile- the coffee landscape. Self-supporting farms arised on sites formerly covered with untouched vegetation. It also caused many towns to expand, and railroads were multiplied substituting for the trails on which jack-asses were predominant. The first coffee cultures in the region were settled in Aiuruoca, Jacuí and Baependi, by the Sapucaí and Grande rivers valley in the late 1700's, by the troopers which made the the limk between the south of Minas Gerais and the state of Rio de Janeiro. We inferred that the greatest barrier against the expansion of coffee in the south of Minas was the difficulties concerning transportation. The means of communication were then precarious and the distances to be covered were too long. Up until the end of the 19<sup>th</sup> century both production and exportation were only modest due to rival producing areas which were closer to the embarkation harbours. With the beginning of the 20<sup>th</sup> century came a new production dynamism, due to the railroads. It has been 200 years of coffee culture in the south of Minas Gerais, the greatest justification for the denomination “traditional coffee producing region.”

**INDEX TERMS:** coffee, rural complex, regional history

---

<sup>1</sup> Artigo baseado em Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras pelo primeiro autor, para obtenção do título de Mestre em Administração Rural.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Administração Rural, Professor Tutor UFLA/FAEPE.

<sup>3</sup> Professores do Departamento de Administração e Economia - UFLA

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar como se deu a introdução e a expansão do café na região sul de Minas Gerais (RSMG).

O oeste do Estado do Rio de Janeiro, o vale do Paraíba fluminense-paulista, o oeste de São Paulo, a Zona da Mata mineira, as montanhas capixabas e o norte do Paraná aparecem na literatura como os principais espaços de expansão das lavouras de café no Brasil, sendo o espaço sul mineiro pouco citado.

Conhecida como tradicional região produtora de café, o sul mineiro, no entanto, não apresenta uma escrita histórica em que essa “tradição produtiva cafeeira” seja apresentada ou analisada. Nos dias atuais, o café da região responde por quase metade da produção cafeeira estadual, sendo o maior gerador de rendas para a região e um dos mais importantes do estado. Minas Gerais responde por quase metade da produção nacional. Dessa forma, o Sul de Minas assume importância nacional como região produtora de café, situação resultante de arranjos competitivos, principalmente a partir de 1970, quando a cafeicultura da RSMG começou a assumir uma nova dinâmica produtiva.

Nos períodos posteriores, o uso de tecnologia e os aspectos conjunturais, em consonância com as características regionais, promoveram o desenvolvimento efetivo da cafeicultura da RSMG (Silva, S., 1998: p.106). É neste espaço temporal - de 1970 até os dias atuais - que se concentra a maior parte da produção científica relativa ao café no espaço sul mineiro. Os períodos anteriores, provavelmente por não apresentarem uma dinâmica intensa em comparação com outras áreas produtoras, foram pouco estudados. O que se visualiza, portanto, é um vazio de quase 150 anos na historiografia cafeeira sul mineira.

O espaço temporal de desenvolvimento deste trabalho abrangerá, aproximadamente, os cem primeiros anos do café no sul mineiro, como uma forma de localizar o trabalho no tempo.

O espaço de estudo específico deste artigo foi a macrorregião Sul de Minas Gerais. A delimitação da área de estudo seguiu um critério de distribuição espacial político-administrativa, motivada, principalmente, por conveniência de localização geográfica. Trata-se de uma apreensão formal do meio como contingente do processo histórico.

Formalmente, então, nosso objeto empírico de investigação foi a região sul de Minas Gerais e a temática de estudo o desenvolvimento histórico do café.

Atentaremos para o conceito de região e espaço como construção, processo histórico concreto, portanto, atravessado pela temporalidade e nela interferente. Para Silveira (1990:p.17), uma vez que os recortes espaciais já estejam definidos *a priori*, a relação região-história não se constitui, pois, num problema em si.

Consideramos objeto de estudo historiográfico tanto obras que foram escritas visando o conhecimento da História, como aquelas que, sem empreender investigações originais, utilizaram-se desse conhecimento para explicar a evolução de uma determinada formação social, política ou econômica.

Incluímos, igualmente, escritos circunstanciais – normalmente empenhados numa situação política – servindo à legitimação da reconstrução histórica. Dessa maneira, não só obras originais, baseadas em pesquisa e interpretações abrangentes do processo histórico nacional, mas também textos de natureza jornalística, memorialística, biográfica, documental e didática foram suscetíveis de análise.

## 2 CAFEICULTURA SUL-MINEIRA: PERÍODOS HISTÓRICOS

O levantamento histórico da cafeicultura no Sul de Minas foi apresentado e analisado por Filetto (2000) em três tópicos, caracterizados por três períodos, proposto como forma de posicionar temporalmente o histórico da lavoura nessa região.

O primeiro período refere-se à introdução e expansão do cafeeiro no sul mineiro, no início e durante o século XIX. O segundo período refere-se a uma nova expansão no final do século XIX, acoplada à expansão no oeste paulista e ainda apresenta elementos históricos referentes às primeiras décadas do século XX. O terceiro período refere-se à formação do complexo agroindustrial do café sul mineiro, a partir da década de 1970.

Para este trabalho, atentaremos especificamente ao primeiro período, referente a introdução e expansão do café no Sul de Minas.

### 3 O PRIMEIRO PERÍODO CAFEIEIRO DA REGIÃO SUL DE MINAS GERAIS

Na região sul-mineira, com potencial aurífero bem menor que o das terras mais ricas do centro da Capitania, a diminuição da produção aurífera, no último quartel do século XVIII, afetou somente as vilas e arraiais localizados próximos às vias principais de circulação do ouro.

Na região aurífera mineira, não haviam sido criadas formas permanentes de atividades econômicas, à exceção da agricultura de subsistência, pois, abandonado a seus próprios recursos, segundo Mota (1984: p.128), o ex-mineiro transforma-se em agricultor ou criador de gado. Aliás, pequeno agricultor, pois sua atividade baseia-se na pequena propriedade, onde cultivava a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, o feijão, a mandioca, o algodão e se dedica à criação de gado.

Muitos núcleos urbanos declinaram no final do século XVIII, levando uma boa parte da população a dispersar-se por uma vasta região, isolando-se em pequenos grupos. Forçosamente, o mineiro teve de se apegar à terra, não para extrair o ouro, mas para produção agrícola, seja de subsistência ou não.

Ao ingressar o século XIX, a mineração passou a segundo plano, a agricultura sobrepôs-se às demais atividades e o Sul de Minas tornou-se área agrícola. Carvalho (1998: p.119) afirma que o Sul de Minas, por possuir grande potencial humano e terras férteis, não sofreu com a transformação. Adicione-se a isso a vocação para a agricultura e pecuária trazida de Portugal, Açores e Ilha da Madeira.

Um favorecimento à expansão agrícola e pecuária no Sul de Minas viria com o cultivo do café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba, no início do século XIX. A limitação de terras disponíveis – devido à topografia da região e as técnicas rudimentares de cultivo – e a existência de trabalho escravo, de elevado custo, implicaram na maior especialização do vale do Paraíba na atividade cafeeira, possibilitando a divisão de trabalho inter-regional, em que o Sul de Minas desempenhava a função de abastecedor do mercado do Rio de Janeiro.

#### 3.1 Introdução do café na região sul de Minas Gerais

O agente que provavelmente introduziu o café no sul mineiro foi o tropeiro. Com relação a

este fato, Valverde (1967: p.2) nos apresenta a seguinte informação:

*“Diz-se que os tropeiros vindos de Minas Gerais, então em absoluta decadência, e do vale do Paraíba, deixavam suas mercadorias no Rio e iam carregar as cangalhas de suas mulas com mudas e sementes de café, no Medanha, antes de subirem a serra de volta.”*

Outra probabilidade, sem confirmação documental, é a de que o cafeeiro tenha sido introduzido pelo boiadeiro. Zemella (1990: p.234) afirma que, desde 1765, desciam boiadas do Sul de Minas para o Rio de Janeiro e que a região, compreendendo os vales dos rios Grande, das Mortes, Sapucaí e Verde, era ocupada por fazendas de criação, onde se praticava o pastoreio de forma extensiva. A zona que mais produzia gado na capitania era a Comarca do Rio das Mortes, intimamente ligada ao sul mineiro pelo “Caminho do Ouro”.

Adotaremos, no entanto, a figura do tropeiro, com seus carregamentos de queijo, toucinho, carnes salgadas e tabaco em rolo, em direção ao Rio de Janeiro, como sendo o responsável pela introdução das primeiras mudas de café na região.

Com base em Taunay (1945: p.99), verificamos que o “Caminho Velho das Minas” era o que possibilitava a comunicação entre o norte paulista e o porto de Parati. Não havia estrada entre São Paulo e Rio de Janeiro. Foi em fins do século XVIII que se estabeleceu uma picada através da mata no oeste fluminense (que nesta época era paulista) até o rio Pirai. O caminho, que ia de Santa Cruz a Itaguaí (RJ), subia a Serra do Mar, seguia para São João do Príncipe, indo para Bananal, Areias e Lorena (SP), foi chamado de “Caminho Novo”. Novas veredas se abriram de Bananal para Jurumirim, de Barra Mansa a Angra dos Reis, de Taubaté a Ubatuba, de São José a São Sebastião.

A ligação do norte paulista com o sul mineiro originava-se em Taubaté, transpunha a serra da Mantiqueira na garganta do Embaú, tida por muitos anos como a única passagem possível, seguia em direção aos vales do Sapucaí e do rio das Mortes

Zemella (1990: p.115) apresenta três vias diferentes de acesso às minas: a que transpunha a Mantiqueira pelo vale do Camanducaia, o caminho que passava por Mogi-Mirim e o que se utilizava da garganta do Embu.

As primeiras culturas de café no sul mineiro foram estabelecidas em Aiuruoca, Jacuí e Baependi, no vale do Sapucaí, em fins do século XVIII, por intermédio dos tropeiros. Esses arraiais localizavam-se no caminho da garganta do Embu, que ligava a região ao Vale do Paraíba (“o caminho do ouro”) (Minas Gerais, 1926; Sul de Minas, 1978; Romero e Romero, 1997: p.27).

Por muitos anos, então, a cafeicultura, de modo geral, se ressentiria de técnicas mais aprimoradas de cultivo. Segundo Cruz Filho (1974: p.11), as técnicas tradicionais importavam na grande incorporação de terras virgens, plantio direto no campo, cultivo de outras culturas em meio ao cafezal, tanto durante sua maturação, quanto nos períodos de entressafra e um tratamento bastante primitivo da plantação.

Outro indício da fixação do cafeeiro no sul mineiro está em Saint-Hilaire (1975: p.23), num trecho da narrativa de sua viagem pelo interior do Brasil, em 1822, após passar pelo entreposto de Estrela, afirmando que:

*“...iniciou o cultivo de algodão em Minas Novas, e começou a exportação de café no sul da Província de Minas, atividades essas que, à época de minha estada no Brasil (1816), tinham sido iniciadas havia poucos anos.”*

O entreposto de Estrela teve, então, imenso movimento de carga e descarga do café mineiro e fluminense, destinado a sair pela Baía da Guanabara. Estrela declinaria somente com a construção da primeira estrada de ferro, de Mauá à raiz da Serra dos Órgãos. A abertura de novas vias condutoras de Bananal e Jurumirim fez arrefecer o tráfego no Caminho Velho das minas por Parati, Cunha e Guaratinguetá que, durante o século XVIII, fora intensamente utilizado. Por diversos rumos desceu o café, do planalto a vários pontos do golfo angrense, tais como as estradas de Ariró, Itanema, Manbucaba e Bracuí (Taunay, 1945: p.100).

Um problema que persistiu por muito tempo e de forma abrangente na cafeicultura, não só sul mineira mas nacional, foi a falta de cuidado com o preparo e acondicionamento pós-colheita. Um registro deste fato foi encontrado nos relatos de John Mawe, em 1812, nas suas viagens ao interior do Brasil:

*“O café, o algodão, o milho, o feijão são amontoados sob telheiros úmidos e cobertos por couros. Metade se estraga e apodrece e o resto*

*fica consideravelmente deteriorado, graças a uma negligência que atinge às raias da estupidez.”* (Romero e Romero, 1997:p.29)

Taunay (1945: p.46) confirma esta situação, revelando que, nos primeiros anos, apresentou-se o café brasileiro aos mercados muito mal beneficiado, sendo descascado pelos cascos dos bois ou pelo monjolo. Taunay (1945) determina o ano de 1830 como o do surgimento das primeiras máquinas primitivas de benefício.

A produção inicial do cafeeiro destinava-se ao consumo próprio, ampliando-se paulatinamente para o atendimento da demanda local. O cultivo econômico do café na região sul de Minas, ainda que modesto, gerava algumas contribuições à exportação mineira do produto, sendo a quantidade difícil de ser calculada, uma vez que, além da falta de registros, os valores eram incorporados aos do norte paulista.

Os dados de exportação da economia mineira, proporcionados por Singer (1977: p.208) e referentes a 1818/19, já incluem o café. Os itens mais importantes são representados por produtos da pecuária: gado vacum (248\$200 – duzentos e quarenta e oito contos e duzentos réis), bestas (90\$700), porcos (90\$500) e queijos (79\$400). Seguem-se alguns produtos da lavoura: fumo (70\$400), algodão (58\$900) e açúcar (45\$700). O café ocupa um lugar modesto, com apenas 29\$000. Segundo Taunay (1945: p.61), a exportação mineira era de 9.739 arrobas, em 1818. Este valor de exportação certamente era composto pela produção cafeeira sul mineira e da Zona da Mata.

Apesar de não ocupar uma posição de destaque nas exportações mineiras, o fato é que o café começava a ocupar seu espaço como produto econômico.

No sul mineiro, por muitas décadas, predominaria a produção pecuária, tanto para o corte, quanto para o leite. Segundo Saint-Hilaire (1975: p.50), em 1822, o vale do Rio Grande – cuja bacia hidrográfica estende-se por todo sul mineiro – fornecia a maior parte dos animais vendidos no Rio de Janeiro. As outras áreas sul mineiras tinham também, na pecuária, a sua principal renda. Nem por isso, contudo, se dava pouco interesse à agricultura, sendo o algodão, fumo e cana-de-açúcar, os principais representantes.

O café da Zona da Mata mineira também começava a expandir-se, segundo Shikida (1992: p.95), ocupando uma área de matas que começou

a ser explorada apenas com a decadência da mineração em Minas Gerais, pois, no seu auge, a região da Mata não teve incentivada a sua ocupação e exploração para evitar o contrabando do ouro para o litoral. O café passou a expandir-se em área não ocupada ao lado de pequenas lavouras de produtos para consumo interno.

E o café da Zona da Mata crescerá continuamente em importância como gerador de rendas para a província, relegando a produção cafeeira sul mineira a um segundo plano.

### 3.2 Expansão do café na região sul de Minas Gerais

Fomentado pelas condições do mercado internacional, a lavoura cafeeira expande-se de maneira vertiginosa, a partir de 1830, tomando várias frentes. Para Valverde (1967: p.6), os anos da década de 1830 foram decisivos, pois, nesse período, o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café. No ano de 1832, o café ocupou o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras e, já em 1837/38, o valor relativo ao café alcançava 53,2%, isto é, mais que a soma dos valores de todos os demais produtos exportados.

O grande centro cafeeiro do momento é o Rio de Janeiro, principalmente sua porção ocidental, num grande crescimento em direção ao vale do Paraíba.

O vale do Paraíba paulista começa também a assentar sua produção no cafeeiro e, segundo Valverde (1967: p.6), não se plantava café nos solos pesados e úmidos das várzeas, nem nos solos pobres do tabuleiros sedimentares das bacias de Resende e Taubaté. Os cafezais subiam as vertentes dos morros, alinhados em fileiras paralelas, segundo linha de maior declive. É o tradicional cultivo “morro abaixo”, que permite a instalação de um processo erosivo complexo, que já destruíra a cafeicultura da capital do Império e aniquilaria a cafeicultura do vale do Paraíba.

Pelo que relata Taunay (1945: p.53-54), em São Paulo o surto cafeeiro se processou a princípio, muito mais modesto do que na região fluminense. Em 1836, o oeste paulista produzia pouco, apenas 95.919 arrobas (norte paulista, 423.773 arrobas e litoral, 84.864 arrobas). Das 584.516 arrobas produzidas em 1836, somente 76.336 foram exportadas por Santos. A maior parte descia da Serra a Jurumirim, Ubatuba e Parati.

Para Furtado (1974), por se apoiar mais no uso do fator terra, o grau de capitalização da empresa cafeeira era menor que o da empresa

açucareira. Além disso, sendo seus equipamentos mais simples e de fabricação local, as necessidades monetárias de reposição também eram menores em cotejo com a empresa açucareira.

O sul mineiro não concorreria com a expansão produtiva do vale do Paraíba, sendo a distância o maior obstáculo. Do vale do Sapucaí e Lourenço Velho, o café se deslocaria, lentamente e ainda para consumo local, para outras áreas, principalmente as dotadas de condições edafoclimáticas melhores (clima e solo). Saint-Hilaire, após sua viagem pelo Sul de Minas, em 1816, registrou:

*“A região de Minas (Sul de Minas), que acabamos de percorrer (ao penetrar em território paulista) é muito mais alta do que aquela onde estamos atualmente (região de Lorena). Se precisássemos de outra prova, haveríamos de encontrar na diferença das produções, pois o café e a cana não dão bem do outro lado da serra e são as plantas que deste lado se cultivam com o maior êxito (Romero e Romero, 1997: p.34).”*

Podemos deduzir que a cultura do café evitaria as regiões de altitude da serra da Mantiqueira. As áreas sul mineiras, com densidade populacional maior, seriam as preferidas.

O maior entrave à expansão da cafeicultura sul mineira, nas primeiras décadas do século XIX, era a dificuldade de transportes. As vias de comunicação eram precárias e as distâncias a serem percorridas muito longas.

A primeira Assembléia Provincial votou a lei nº 18 de 1º de abril de 1835, com um plano de estradas que irradiavam de Ouro Preto na direção dos quatro pontos cardeais e em direção ao Rio de Janeiro, colocando as cidades e vilas mais distantes em comunicação com as capitais da província e do Império. No entanto, poucas estradas se puderam construir durante a monarquia, devido às dificuldades de traçado em solo tão acidentado e à notória penúria de recursos (Minas Gerais, 1926: p.221).

O problema das vias de comunicação mineiras constariam dos discursos políticos da época, mas não seriam resolvidos facilmente. No entanto, a cobrança de impostos se resolvia rapidamente, sendo que, em 1835, foi instalada na corte a Recebedoria da Província de Minas Gerais e, em 7 de março de 1838, foi criada a Mesa Provincial no Consulado da Corte, para

fiscalização e arrecadação do “dízimo” aplicado às despesas da Província. A exportação mineira era 163.000 arrobas em 1835 (Taunay, 1945: p.61).

Segundo Taunay (1945: p.61), em 1836, o Dr. Manuel Dias de Toledo, presidente da Província de Minas Gerais, refere-se à devastação e derrubada de matas provocadas pelo enorme incremento do cafezais na Zona da Mata de Minas e secundariamente no sul mineiro.

Pelos dados de Singer (1977: p.208), referentes a 1842/1843, as bestas (1.810\$000), os bois (1.170\$000) e o café (592\$000) foram os itens que maior importância tiveram na pauta de exportação de Minas Gerais. Observa-se um crescimento vertiginoso da participação do café, se comparado com os dados do período 1818/19 fornecido pelo mesmo autor.

Em Romero e Romero (1997: p.70), há um relato de Augustinho R. da Cunha, em 1844, sobre alguns inconvenientes das longas viagens realizadas pelo café mineiro até o Rio de Janeiro:

*“Se o café de Minas pudesse chegar ao mercado bem acondicionado, sendo preparado do mesmo modo que o café da arábia, poderia talvez obter um terço mais sobre seu preço, do que o café do Rio de Janeiro; mas como ele se deteriora em grande parte nas longas viagens, nós indicaremos os meios de acondicioná-lo, para preservá-lo dos contratempos, quando falarmos de seu ensaque, e modo de transportá-lo.”*

O mapa dos gêneros importados e exportados pela recebedorias da província de Minas Gerais, no ano financeiro de 1844 a 1845, elaborado pela Contadoria da Mesa das Rendas Provinciais, em 15 de dezembro de 1845, sob a responsabilidade de Luiz Fortunato de Souza Carvalho, apresenta o café taxado em 3%, juntamente com a carne seca, azeite, açúcar, fumo, queijos e em 6% o arroz pilado e com casca, amendoim, feijão, gado vacum, cavalariço, lanígero, muar e cabrum.

Uma questão de fraude nas guias de café entre as províncias tomou tal vulto que, em 1851, o governo da Corte, sempre atento à exportação do seu principal produto, procurou solucionar o problema por meio de entendimento com as autoridades de Minas Gerais. O presidente da Província se dispôs a negociar com o do Rio de Janeiro e, conhecidos os pareceres de delegados mineiros e fluminenses, a 17 de julho de 1851 foi

lavrado um acordo, talvez o primeiro sobre café entre províncias, cujas principais bases eram:

1. pela Mesa do Consulado Provincial do Rio de Janeiro se arrecadaria o dízimo do café, não só fluminense como de Minas, à razão de 4% sobre o preço das pautas semanais;
2. a renda do dízimo seria dividida em 100 (cem) partes, das quais caberiam a Minas 9,03 e ao Rio de Janeiro 90,97.

Na tabela das deduções dos gêneros sujeitos ao imposto de exportação nas recebedorias da província de Minas Gerais para o ano financeiro de 1859 a 1860, organizada em virtude do § 3º do art. 2º da Lei nº 869 de 5 de julho de 1858 e aprovada pela portaria do governo de 8 de fevereiro de 1859, a arroba de café estava sujeita a 4%. A tabela apresentava seguinte nota:

*“ A exportação do café é só cobrável nas recebedorias ao norte da província a razão de 120 Réis por cada arroba enquanto vigorar o convênio celebrado com a do Rio de Janeiro.”*

A arroba de açúcar, fumo, farinha de trigo, carne seca, entre outros, pagavam 3% de tributos. A arroba de gengibre, o alqueire de arroz pilado, feijão, amendoim, milho, entre outros pagavam 6% de tributos.

Esta variação no valor do tributo imposto ao café ocorreu em função do crescimento das exportações do produto e do aumento de sua importância como gerador de rendas. Segundo Taunay (1945: p.61), a exportação mineira era de 9.739 arrobas, em 1818 e 163.000 arrobas, em 1835.

A expansão sul mineira do café, ao seguir rumos do sul, oeste e norte da região, apresentou uma peculiaridade que a caracterizou como apêndice de outras importantes áreas cafeeiras (Bacha, 1988: p.20). Ou seja, em sua origem, as áreas cafeeiras sul mineiras não se integravam entre si, estando ligadas ao estado a que se encontravam ligadas fisicamente - a cafeicultura dos vales dos rios Sapucaí, Lourenço Velho, Verde e Grande com a do Rio de Janeiro; a cafeicultura do vale do Rio Pardo, altiplanos de Poços de Caldas, médio e baixo vale do Rio Grande e vale do Camanducaia com a de São Paulo. No entanto, Taunay (1945: p.53-54) afirma que, em 1854, quase 50% do café paulista saiu pelos portos fluminenses. Ainda era visível a superioridade produtiva fluminense.

A Companhia Industrial da Estrada de Mangaratiba inaugurou, em 1855, com 30 km de

extensão, a primeira estrada de rodagem no Brasil, dentro dos conceitos técnicos. Por ela transitaram 2 milhões de arrobas de café, dos quais nove décimos de procedência fluminense e o resto do extremo norte de São Paulo ou Bananal e do Sul de Minas, da região de Baependi. Devia ir a Barra Mansa, mas, esgotando-se os recursos, faliu a empresa construtora (Taunay, 1945: p.101).

Segundo Taunay (1945: p.52), a proporção da produção cafeeira no Brasil em 1859 era a seguinte: Rio de Janeiro, 78,41%; São Paulo, 12,13%; Minas Gerais, 7,78%; Espírito Santo, 1,39% e Bahia, 0,26%, sendo que, em 1859/1860, o café passou a ser o produto de maior destaque na pauta de exportação de Minas.

Um relato que dá conta da situação climática privilegiada do sul mineiro, para o café, foi feito por Luiz T. M. D. Oliveira, em 1863 (Romero e Romero, 1997: p.126) :

*“Da minha viagem pela porção sul de Minas, tirei a vantagem de ficar convencido e poder expor como axioma que os lugares em que não chegar a ação da geada, embora sofram o inverno, são os mais próprios para café; por que havendo aí a queda de toda a folhagem em um tempo dado (na entrada do inverno), e havendo a brotação e a floração em um só tempo (princípio da primavera), vê-se que a maturidade do fruto também vem em um só tempo; e por isso não só facilita a colheita por ser feita em uma só vez, como também especializa o aroma do café por ser colhido todo maduro; o que não acontece nos lugares mais quentes e úmidos onde reina quase constantemente primavera.”*

E conclui dizendo:

*“Não está longe o futuro, em que será por todos reconhecido que os lugares mais próprios para a plantação de café, são os climas de temperado para frio, onde sente-se a passagem das estações (Romero e Romero, 1997: p.127).”*

A expansão da cafeicultura, como já dissemos, estava diretamente ligada ao escoamento da produção, que era feito pelas precárias vias de comunicação, em direção aos portos de embarque. Segundo Valverde (1967: p.21), a principal região cafeeira do Brasil, no século passado subdividia-se em duas partes: a maior compreendia o vale do Paraíba, a Zona da Mata Mineira e parte do sul de Minas; chamava-se “zona do rio” porque exportava sua produção por

esse porto. A segunda abrangia o planalto paulista, a partir das imediações de Campinas e a outra parte do sul de Minas e escoava por Santos a sua colheita, chamando-se por isso “zona de Santos”

É bom salientar que, apesar de expansiva, a cafeicultura sul mineira até o início do último quartel dos novecentos será relativamente discreta, com produção e exportação modesta, frente a concorrência dos cafés localizados mais próximos aos portos de embarque.

A cafeicultura sul mineira entra numa nova fase de expansão e crescimento produtivo quando ocorre uma segunda expansão no oeste paulista (Campinas e Ribeirão Preto), que encontraria o Sul de Minas pela sua porção sul, devido à ligação física entre essas duas regiões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história do agronegócio do café no Sul de Minas, ocorreram processos que atuaram sobre o desenvolvimento socioeconômico da região como um todo. A expansão do cafeeiro fez surgir uma paisagem nova – a paisagem do café. Onde era mata virgem, apareceram as fazendas auto-suficientes, emoldurando o planalto, povoando as vastas extensões do sul mineiro e provocando o crescimento de muitas cidades. Multiplicaram-se as vias férreas, substituindo as trilhas onde predominavam as tropas de burros (o traçado sinuoso das estradas de ferro antigas iam praticamente no “rastró” do café).

Pela sua distribuição geográfica, verificou-se que o café andou sempre atrás de terras boas. Em terras virgens, derrubava-se o mato, queimava-se, alinhava-se em nível (na medida do possível) e plantava-se.

As técnicas tradicionais de cultivo anteriormente adotadas importavam na grande incorporação de terras virgens, plantio direto no campo, cultivo de outras culturas em meio ao cafezal, tanto durante sua maturação, quanto nos períodos de entressafra e um tratamento bastante primitivo da plantação. Esse processo permitiu que grandes investimentos fossem realizados na lavoura cafeeira durante a rápida evolução do plantio do produto no sul mineiro, principalmente no final do século XIX e início do século XX. Tornavam-se mínimos os custos desta aplicação, pois as rendas provenientes das outras lavouras compensavam largamente o custo da mão-de-obra, intensamente utilizada.

Todavia, após a crise de 1930, iniciaram-se pesquisas para o aprimoramento do cultivo do café. Novas técnicas foram adotadas, diferindo substancialmente das tradicionais. Grande ênfase foi dada ao uso mais intensivo da terra, procurando-se atingir níveis mais altos de produção por hectare. Especial atenção foi dada à utilização mais eficiente do trabalho; foram incorporados novos tipos de plantas, com menores períodos de maturação e melhor rendimento e a utilização de fertilizantes, assim como a de defensivos agrícolas, desempenhou papel de destaque na produção de café do sul mineiro.

Verificamos que o processo de formação do Complexo Agroindustrial do Café vem se sobrepondo a uma estrutura tradicional.

As características desta estrutura tradicional se consubstanciam no Sul de Minas por meio de certos aspectos típicos, como o caráter personalista das relações sociais, caracterizando um tipo de relacionamento primário. O longo período em que o café está presente no sul mineiro, sem sofrer uma ruptura séria de sua estrutura produtiva levou à formação da estrutura tradicional.

Outra característica desta estrutura tradicional é a falta de especialização, ou seja, a mescla de funções entre as atividades. Embora menos marcante do que em outras regiões, esses fatores apontam para uma cafeicultura permeada de valores e costumes, onde, apesar da industrialização e do surto de urbanização, a vinculação rural da população, quer por sua origem, quer por sua cultura, ainda não desapareceu.

A deficiência de estudos históricos no espaço sul mineiro e a falta de um banco de dados sobre o café, aliadas à inexistência de um espaço onde se concentrem os materiais documentais, iconográficos e literários com ênfase no café de Minas Gerais dificultaram sobremaneira nossas investigações.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, C. J. C. **Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos.** São Paulo: USP, 1988. 536p. (Tese – Doutorado em Administração).

CARVALHO, A. **A freguesia de Nossa Senhora da Assumpção do Cabo Verde e sua história.** Jundiá: Ed. Gráfica Jundiá, 1998. 393p.

CRUZ FILHO, M. F. **Café: fonte de empregos e de divisas.** Rio de Janeiro: IBC/ARP, 1974. p.7-25.

FILETTO, F. **Trajectoria histórica do café na região sul de Minas Gerais.** Lavras: UFLA, 2000. 133p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 12.ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1974. 284p.

MINAS GERAIS em 1925. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. 1492p.

MOTA, C. G. (coord.). **Brasil em perspectiva.** São Paulo: Difel, 1984. 367p.

ROMERO, J. P.; ROMERO, J. C. P. **Cafeicultura prática: cronologia das publicações e dos fatos relevantes.** São Paulo: Ceres, 1997. 400p.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem às nascentes do rio São Francisco.** São Paulo: EDUSP, 1975. 190p.

SANTANA, A. C. **A dinâmica do complexo agroindustrial e o crescimento econômico.** Viçosa: UFV, 1994. 302p. (Tese - Doutorado em Economia Rural).

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais de 1705 a 1955.** Piracicaba: ESALQ/USP, 1992. 154p. (Dissertação - Mestrado em Economia Agrária).

SILVA, S. de M. **Competitividade do agronegócio do café na região sul de Minas Gerais.** Lavras: UFLA, 1998. 125p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

SILVEIRA, R. M. G. **Região e história: questão de método.** São Paulo: Marco Zero, 1990. p.17-49

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Nacional, 1977. 377p.

SUL de Minas: um potencial para a interiorização do desenvolvimento - análise. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1978. 312p.



TAUNAY, A. de E. **Pequena história do café no Brasil (1727-1937)**. Rio de Janeiro: DNC, 1945. p.?

VALVERDE, O. A fazenda de café escravocrata no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.29, n.1, p.1-58, jan./mar. 1967.

ZEMELLA, M. P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1990. 247p.

